

DENDEICULTURA, MÍDIA E RESISTÊNCIA: A INVISIBILIDADE DOS CONFLITOS AMAZÔNICOS NA ROTA DA COP 30

*Josué de Lima Carvalho
Elielson Pereira da Silva
Luciane Cristina Costa Soares
Diego Fonseca Mascarenhas
Mário Vasconcellos Sobrinho*

Resumo: Este artigo analisa os discursos produzidos pela grande mídia e pela mídia alternativa sobre os conflitos entre empresas produtoras de óleo de palma (dendê) e comunidades tradicionais no nordeste paraense, no contexto da COP-30. Com base na Teoria da Ação Comunicativa (Habermas, 1988, 1996) e na Teoria da Agenda (McCombs; Shaw, 1972, 1993, 2023), a pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória, analisando dez matérias jornalísticas (2020–2024) a partir da análise de conteúdo (Bardin, 2016), com apoio do NVivo 14. Os resultados revelam contrastes entre a mídia hegemônica, que prioriza enquadramentos sensacionalistas ou tecnocráticos, e as mídias alternativas, que enfatizam resistência e justiça territorial. A análise evidencia disputas simbólicas sobre o futuro da Amazônia, confrontando o discurso de bioeconomia com denúncias de exclusão e violência.

Palavras-chave: Dendeicultura. Mídia. Amazônia. Conflitos. Resistência.

DENDEICULTURE, MEDIA, AND RESISTANCE: THE INVISIBILITY OF AMAZONIAN CONFLICTS ON THE ROUTE TO COP 30

Abstract: This article analyzes the discourses produced by mainstream and alternative media regarding the conflicts between palm oil companies and traditional communities in northeastern Pará, in the context of COP 30. Grounded in the Theory of Communicative Action (Habermas, 1988, 1996) and the Agenda-Setting Theory (McCombs e Shaw, 1972, 1993, 2023), this qualitative and exploratory research examines ten journalistic reports (2020–2024) through content analysis (Bardin, 2016), supported by NVivo 14 software. Results show stark contrasts between hegemonic media—favoring sensationalist or technocratic frames—and alternative media, which highlight resistance and territorial justice. The study reveals symbolic disputes over the Amazon's future, confronting the bioeconomy narrative with reports of exclusion and violence.

Keywords: Palm oil. Media. Amazon. Conflicts. Resistance.

DENDEICULTURA, MEDIOS Y RESISTENCIA: LA INVISIBILIDAD DE LOS CONFLICTOS AMAZÓNICOS EN LA RUTA HACIA LA COP 30

Resumen: Este artículo analiza los discursos contruidos por los medios tradicionales y alternativos sobre los conflictos entre empresas productoras de palma aceitera (dendê) y comunidades tradicionales en el noreste de Pará, en el contexto de la COP 30. Con base en la Teoría de la Acción Comunicativa (Habermas, 1988, 1996) y la Teoría de la Agenda (McCombs & Shaw, 1972, 1993, 2023), la investigación adopta un enfoque cualitativo y exploratorio, analizando diez reportajes periodísticos (2020–2024) mediante el análisis de contenido (Bardin, 2016), con el apoyo del software NVivo 14. Los resultados revelan contrastes entre los medios hegemónicos, que priorizan encuadres tecnocráticos o alarmistas, y los medios alternativos, que destacan la resistencia y la justicia territorial. El estudio evidencia una disputa simbólica sobre el futuro de la Amazonía, enfrentando el discurso de la bioeconomía con denuncias de exclusión y violencia.

Palabras-clave: Palm oil. Media. Amazon. Conflicts. Resistance.



1. INTRODUÇÃO

A Amazônia paraense, ao longo das últimas décadas, tem sido palco de intensos conflitos territoriais motivados pela expansão da dendeicultura, marcada por promessas de desenvolvimento sustentável e bioeconomia. No entanto, a contrapelo dos discursos dos planejadores oficiais, emergem denúncias de violência, grilagem institucionalizada e negação de direitos históricos das comunidades tradicionais.

Este artigo tem como objetivo analisar os sentidos produzidos pelas mídias formal e alternativa sobre os conflitos entre empresas produtoras de óleo de palma e comunidades tradicionais no nordeste paraense. A investigação parte das lentes teóricas da Teoria da Ação Comunicativa (Habermas, 1988, 1996) e da Teoria da Agenda (McCombs; Shaw, 1972, 1993, 2023; Wonneberger, 2024), articuladas às contribuições regionais que denunciam os impactos da dendeicultura sobre os territórios amazônicos (Nahum; Santos, 2013; Da Silva *et al.*, 2015; Aquino Junior, 2019; Pereira da Silva, 2020).

Com abordagem qualitativa de natureza exploratória, a pesquisa analisa dez matérias jornalísticas veiculadas entre 2020 e 2024, sendo cinco da grande mídia e cinco da mídia alternativa. A análise de conteúdo, baseada em Bardin (2016) e operacionalizada com o auxílio do NVivo 14, permite observar como essas mídias constroem discursos e definem prioridades no debate público amazônico. Creswell (2007) e Carvalho e Brasileiro (2022) reforçam a escolha metodológica ao destacarem o potencial das abordagens qualitativas na compreensão dos sentidos e narrativas em contextos sociopolíticos complexos.

Ao evidenciar os contrastes entre os enquadramentos jornalísticos, este estudo busca contribuir para o debate sobre mídia, democracia comunicativa e justiça territorial na Amazônia, revelando como a disputa simbólica em torno

da “guerra do dendê” expressa conflitos mais amplos sobre o futuro da floresta e de seus povos.

2. ESFERA PÚBLICA, AGENDA E NECROSABER: LENTES PARA LER A “GUERRA DO DENDÊ”

A Teoria da Ação Comunicativa, formulada por Jürgen Habermas (1988, 1996), propõe a existência de uma esfera pública orientada pela racionalidade comunicativa, onde o diálogo intersubjetivo livre de coerções permitiria a construção de consensos legítimos. No entanto, quando a linguagem é instrumentalizada pelo sistema – representado pelo poder político e econômico – ocorre a colonização do mundo da vida, ou seja, a substituição dos valores comunitários por interesses sistêmicos. A partir dessa lente, torna-se possível analisar como os discursos midiáticos e institucionais distorcem a deliberação pública, invisibilizando as vozes das comunidades atingidas e limitando sua participação na formulação dos sentidos do território e das políticas desenvolvimentistas que os atingem.

Complementarmente, a Teoria da Agenda, proposta por McCombs e Shaw (1972), reforça a ideia de que os meios de comunicação possuem o poder de estruturar a realidade percebida ao selecionar quais temas são visibilizados ou silenciados na esfera pública. Ao longo do tempo, essa teoria evoluiu para incorporar dimensões como o *framing* (enquadramento) e os mecanismos de saliência que determinam os focos da atenção pública (McCombs; Shaw, 1993, 2023). Para Wonneberger (2024), os veículos de imprensa atuam como filtros simbólicos, configurando o modo como os cidadãos compreendem o mundo social – especialmente em temas como os conflitos

ambientais e fundiários, muitas vezes representados de forma fragmentada, dramática ou tecnocrática.

O termo agenda refere-se ao conjunto de temas priorizados e visibilizados no espaço público em determinado momento, configurando uma lista de assuntos em disputa social e política. Já agenda-setting, conceito desenvolvido por McCombs e Shaw (1972), designa a função exercida pelos meios de comunicação de estruturar a realidade percebida, influenciando quais assuntos ganham relevância social e política. Assim, enquanto a agenda expressa os temas em circulação na esfera pública, o agenda-setting descreve o processo pelo qual a mídia seleciona, hierarquiza e molda a visibilidade desses temas.

A literatura regional sobre os impactos da dendeicultura permite uma leitura situada dos processos em curso no nordeste paraense. Nahum e Santos (2013), ao analisarem os impactos socioambientais da produção de dendê em comunidades tradicionais na microrregião de Tomé-Açu, denunciam a profunda transformação do espaço geográfico e a reorganização territorial imposta pela lógica da monocultura. Os autores concluem que, apesar da rentabilidade econômica, a dendeicultura não é social nem ambientalmente sustentável, ao gerar degradação ambiental, exclusão social e conflitos territoriais.

Nesse mesmo sentido, De Sousa e Macedo (2019) destacam as implicações da presença do agronegócio do dendê sobre os territórios campestres, em especial nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará. Os dados de campo revelam a degradação de igarapés – fundamentais para a sociabilidade e ancestralidade das comunidades –, a intensificação do

desmatamento e a precarização da mobilidade em função do isolamento causado pelas plantações.

Da Silva, Gomes e Macedo (2015) analisam a expansão do dendê sob a ótica da resistência camponesa, evidenciando como o agronegócio recorre ao discurso de modernidade e sustentabilidade para mascarar contradições do modelo. Para os autores, o Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB) reforça essa lógica ao se apresentar como inclusivo, mas produzir despossessão e invisibilidade política. Embora o trabalho seja relevante, ao enquadrar experiências indígenas e quilombolas como “camponesas” corre-se o risco de uma generalização que simplifica realidades distintas e, em alguns casos, põe em xeque esse rótulo.

A perspectiva de Aquino Junior (2019) aprofunda essa crítica ao sugerir que os conflitos territoriais atuais são também disputas sobre o futuro. Em sua análise sobre a comunidade de São Francisco do Cravo, no município de Acará, o autor evidencia que o agronegócio do dendê articula projetos de modernização que desconsideram os saberes locais e impõem um uso da terra que compromete a reprodução camponesa. O território, nesse contexto, torna-se um espaço de luta entre projetos antagônicos de mundo: um, baseado na mercantilização da natureza, e outro, enraizado na memória, na coletividade e na justiça social.

Pereira da Silva (2020) desenvolve a noção de “necrosaber”, conceito que articula os aportes de Foucault (biopolítica), Fanon (racismo colonial) e Mbembe (necropolítica) para descrever como a governamentalidade bioeconomia da *plantation* do dendê constrói representações que naturalizam a morte social, política e física dos povos tradicionais. O necrosaber opera como regime de verificação, ou seja, como uma política da verdade que elege quem deve viver e quem pode morrer – seja pela violência física e simbólica, pela expulsão silenciosa ou pela criminalização da

resistência. A monocultura do saber, segundo o autor, acompanha a monocultura territorial, produzindo zonas de não-ser fundadas numa divisão racial do espaço social e geográfico, onde o direito à existência plena é negado. Para o autor, as estratégias empresariais e as políticas desenvolvimentistas referidas à *plantation* do dendê estão ancoradas em constelações epistêmicas violentas que legitimam projetos de morte.

Assim, ao integrar essas contribuições teóricas e empíricas, esta pesquisa assume o compromisso de interpretar os conflitos da dendeicultura não apenas como eventos isolados, mas como expressões de um modelo hegemônico de desenvolvimento excludente, que será tensionado à luz das disputas comunicativas, territoriais e epistêmicas – especialmente no contexto da COP-30, onde a Amazônia será palco de múltiplas narrativas concorrentes sobre o que significa, afinal, “desenvolver” a floresta.

3. TRILHAS METODOLÓGICAS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com o objetivo de analisar o tratamento dado, por diferentes mídias, às notícias relacionadas aos conflitos entre empresas produtoras de óleo de palma (dendê) e comunidades tradicionais no nordeste paraense. O foco recai sobre a construção discursiva promovida por veículos da grande mídia e por mídias alternativas, considerando as lentes teóricas da Teoria da Ação Comunicativa, de Jürgen Habermas (1988, 1996), e da Teoria da Agenda (Agenda-Setting), conforme desenvolvida por McCombs e Shaw (1972, 1993, 2023) e Wonneberger (2024).

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela complexidade do objeto em análise, que envolve aspectos simbólicos, discursivos e sociopolíticos. Segundo Creswell (2007), os métodos qualitativos são

indicados para explorar problemas sociais e humanos, a partir da compreensão aprofundada dos significados atribuídos pelos sujeitos aos seus contextos (Carvalho; Brasileiro, 2022).

A coleta de dados foi realizada a partir de notícias documentadas entre janeiro de 2020 e março de 2024, por meio do Google Notícias, utilizando palavras-chave como: “dendê comunidades tradicionais Pará”, “palma africana conflito nordeste paraense”, “Agropalma + comunidades tradicionais”, “violência no campo + dendê + Pará” e “blog + dendê + conflito”. Foram selecionadas 10 matérias jornalísticas – sendo 5 oriundas da grande mídia (G1, Estadão, UOL, O Globo e O Liberal) e 5 da mídia alternativa (blogs independentes, Brasil de Fato, Sumaúma, CPT Nacional, Agência Cenarium e ((o))eco) – que abordam diretamente os conflitos envolvendo a dendeicultura.

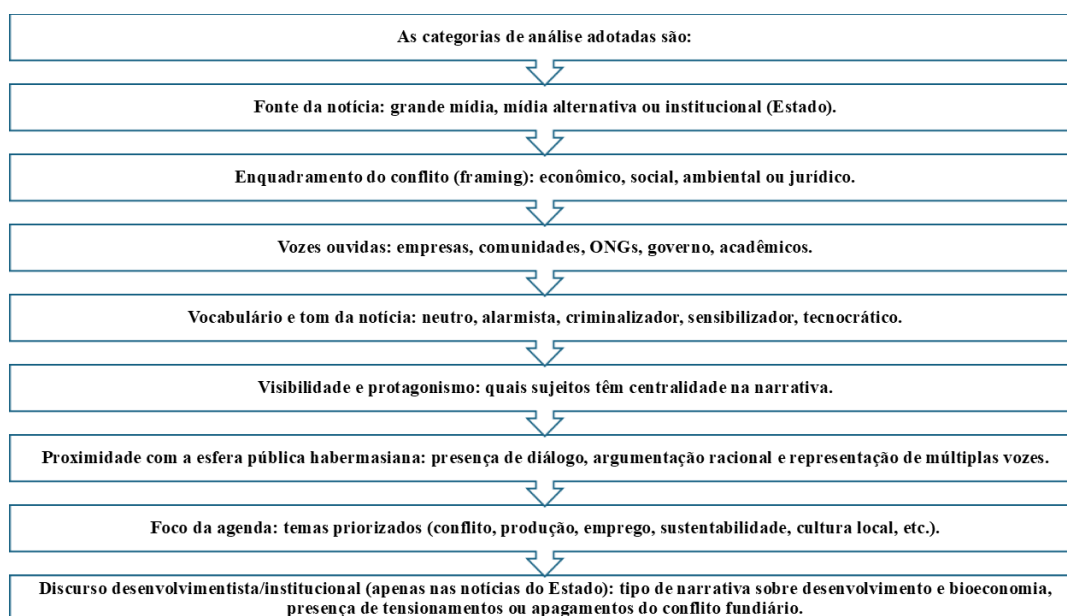
Além da definição dos critérios de inclusão e exclusão, considerou-se a questão da saturação do corpus. Inicialmente, foram recuperadas mais de 30 matérias por meio das palavras-chave selecionadas. Após a leitura preliminar, identificou-se que muitas dessas reportagens abordavam o dendê apenas de maneira periférica ou repetiam informações já presentes em outras fontes. A seleção final de 10 matérias (5 da grande mídia e 5 da mídia alternativa) foi orientada pela recorrência temática, pelo equilíbrio entre os dois tipos de veículos e pela capacidade de contemplar as principais dimensões do conflito — violência, resistência, criminalização e bioeconomia. Esse processo permitiu alcançar um nível de saturação analítica, suficiente para identificar padrões discursivos distintos entre os meios analisados.

O recorte temporal (2020–2024) também foi estabelecido de forma estratégica. Esse intervalo coincide com a intensificação dos conflitos envolvendo a Agropalma e a Brasil BioFuels (BBF), amplamente noticiados a partir de 2020, e com a consolidação da candidatura do Brasil para sediar

a COP-30, oficializada em 2023. Além disso, trata-se de um período em que a narrativa da “bioeconomia” ganhou centralidade no discurso político e empresarial, ao mesmo tempo em que emergiram denúncias recorrentes de grilagem, violência armada e criminalização das comunidades tradicionais. Assim, o recorte temporal adotado se mostra relevante para compreender como diferentes mídias construíram narrativas em um momento marcado tanto pela disputa simbólica em torno da sustentabilidade quanto pela exposição internacional da Amazônia.

As matérias foram organizadas em um banco de dados contendo título, data, veículo, link de acesso e breve descrição do conteúdo. A análise foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2016), seguindo as três etapas clássicas: pré-análise (leitura flutuante e organização do corpus), exploração do material (codificação a partir de categorias temáticas definidas teoricamente) e tratamento dos resultados e interpretação (com base nos aportes de Habermas, 1988, 1996 e McCombs e Shaw, 1972, 1993, 2023).

Figura 1 – Categorias analisadas.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Essas categorias permitem identificar como diferentes fontes constroem sentidos sobre a dendeicultura, se reproduzem assimetrias comunicativas e qual é o papel da mídia e do Estado na definição das agendas públicas. Espera-se, ao final, evidenciar os contrastes discursivos e as implicações políticas, sociais e ambientais das diferentes narrativas sobre os conflitos no nordeste paraense. Usou-se o software Nvivo 14 para auxiliar a análise de conteúdo.

Ao final da análise, espera-se evidenciar as diferenças de abordagem entre os meios de comunicação, ressaltando as implicações dessas narrativas para a democracia comunicativa e para a visibilidade das lutas das comunidades tradicionais na região amazônica.

4. QUANDO A FLORESTA VIRA MANCHETE: DISPUTAS NARRATIVAS ENTRE MÍDIA HEGEMÔNICA E CONTRAESFERAS AMAZÔNICAS

Esta seção apresenta os resultados da análise de conteúdo aplicada a dez matérias jornalísticas publicadas entre 2020 e 2024. Nas matérias da grande mídia, observa-se uma cobertura predominantemente centrada na violência e na instabilidade social, com uso frequente de termos como “guerra do dendê”, “insegurança” e “barreiras armadas”. A abordagem tende ao sensacionalismo ou à tecnocratização dos conflitos, com foco em episódios específicos e respostas institucionais, raramente contextualizando as disputas fundiárias em sua historicidade ou dando protagonismo real às comunidades afetadas.

Em termos de vocabulário e tom, predominam narrativas que oscilam entre o alarmismo e a neutralidade burocrática. A visibilidade das comunidades é condicionada à posição de vítimas, sem espaço efetivo para argumentação ou proposição. A esfera pública, nesse cenário, permanece colonizada,

conforme Habermas (1988), com as falas dos agentes sociais mediadas por instituições e traduzidas em linguagem jurídica.

Já as matérias da mídia alternativa apresentam notável contraste. Os relatos priorizam a voz direta das lideranças tradicionais, destacando aspectos territoriais, espirituais e ambientais invisibilizados pela mídia hegemônica. Há forte crítica ao discurso de “sustentabilidade empresarial” e à atuação omissa, conivente ou cúmplice do Estado. Expressões como “guerra territorial e espiritual” e “grilagem institucionalizada” exemplificam o tom de denúncia e resistência presente nesses veículos.

O foco da agenda nas mídias alternativas se volta para as causas estruturais do conflito: disputa por território, racismo ambiental, criminalização da resistência e negação de direitos. Essas mídias se aproximam de uma esfera pública mais deliberativa, segundo os critérios de Habermas (1996), ao promoverem a inclusão de múltiplas vozes e tensionarem os discursos dominantes.

Assim, os resultados demonstram dois padrões distintos de construção discursiva: um, dominante, que naturaliza a violência e fragmenta os conflitos; e outro, contra-hegemônico, que reconstrói os sentidos a partir da resistência dos povos e comunidades tradicionais. Essa disputa narrativa se torna especialmente relevante no contexto da COP-30, momento em que o Brasil buscará projetar uma imagem internacional de liderança ambiental – ao passo que, internamente, enfrenta denúncias de exclusão e violência nos territórios-alvo da chamada “bioeconomia”.

A figura 2 apresenta a análise sobre a notícia 1 recortada do G1 no dia 04 de julho de 2022.

Figura 2 - Notícia 1: “Comunidades tradicionais querem fim de segurança armada de empresa na área da ‘guerra do dendê’ no Pará” G1, 04 jul. 2022.

'Guerra do dendê' no Pará: comunidade denuncia que empresa impede quilombolas e ribeirinhos de pescar e visitar cemitério

De acordo com nova denúncia, a empresa produtora de óleo de dendê descumpre decisão judicial ao impedir que moradores tenham acesso à área da empresa, alvo de disputa entre Agropalma e povos tradicionais da Amazônia.

Por Taymã Carneiro, g1 Pará — Belém
04/07/2022 05h03 - Atualizado há um ano

Fonte: Comunidades tradicionais querem fim de segurança armada de empresa na área da 'guerra do dendê' no Pará. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/04/19/comunidades-tradicionais-querem-fim-de-seguranca-armada-de-empresa-na-area-da-guerra-do-dende-no-para-inseguranca-total-diz-quilombola-baleado.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2025.

O destaque a seguir compreende um trecho da matéria:

Em mais um episódio de tensão na chamada 'guerra do dendê' no Pará, comunidades relatam que quilombolas e ribeirinhos foram barrados por seguranças armados na portaria da empresa Agropalma e impedidos de entrar para pescar e visitar o cemitério ancestral que fica dentro da fazenda.

Esse trecho reforça a presença de um conflito fundiário persistente e revela a tensão entre o direito tradicional de uso do território e o controle privado exercido por uma empresa. O uso da expressão “guerra do dendê” introduz uma metáfora violenta que agenda o conflito como algo excepcional e alarmante, em vez de estrutural, o que é típico da atuação seletiva da mídia formal¹ⁱ (McCombs e Shaw, 1972). A impossibilidade de visitar o cemitério ancestral simboliza uma ruptura cultural profunda, que, à luz de Habermas (1988), representa a colonização do mundo da vida, onde valores comunitários e práticas simbólicas são subjugados à lógica da propriedade privada. Embora o trecho dê visibilidade à denúncia, não promove

deliberação pública, apenas expõe o fato. A notícia formal 2 foi retirada do portal da UOL datada no dia 23 de agosto de 2023.

Figura 3 – Notícia 2: “Mortes, trincheiras e medo: entenda o avanço da guerra do dendê no Pará” UOL, 28 ago. 2023.



Fonte: UOL. Mortes, trincheiras e medo: entenda o avanço da guerra do dendê no Pará. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/08/28/mortes-trincheiras-e-medo-entenda-o-avanco-da-guerra-do-dende-no-para.htm>. Acesso em: 20 ago. 2025.

Na região, pelo menos oito pessoas foram mortas desde 2012. (...) Empresas adotam estratégias como a colocação de barreiras e trincheiras para dificultar o acesso dos povos às terras.

Esse trecho traz um enquadramento fortemente alarmista, centrado na violência e na insegurança, o que molda o imaginário público sobre a região como uma “zona de guerra”. A ênfase nas mortes e barreiras físicas reforça um discurso de medo, deslocando o foco do debate sobre direitos territoriais e identitários. Segundo Wonneberger (2024), esse tipo de agendamento tende a priorizar eventos dramáticos em detrimento de questões estruturais e deliberativas. Do ponto de vista de Habermas (1988), essa abordagem inibe

a formação de uma esfera pública racional, pois substitui o argumento pelo espetáculo e impede que os sujeitos afetados sejam protagonistas do discurso. A notícia apresentada na figura a seguir está disponível no Jornal o Liberal publicada no dia 29 de março de 2022.

Figura 4 – Notícia 3: “Com discurso de sustentabilidade, produção de dendê na Amazônia ataca quilombolas e indígenas” O Liberal, 29 mar. 2022.



Fonte: O LIBERAL. Com discurso de sustentabilidade, produção de dendê na Amazônia ataca quilombolas e indígenas. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/com-discurso-de-sustentabilidade-producao-de-dende-na-amazonia-ataca-quilombolas-e-indigenas-1.511828>. Acesso em: 20 ago. 2025.

Quilombolas e indígenas denunciam que indústria causa danos ambientais e sociais aos moradores.

Embora o trecho dê espaço para a denúncia das comunidades, ele é extremamente sintético e depende de um discurso mediado por instituições (MPPA, TJPA). O sujeito da frase são os “quilombolas e indígenas”, mas sua voz aparece resumida, quase como um detalhe de um processo jurídico-institucional mais amplo. Isso reflete o que Habermas (1988, 1996) chama de restrição discursiva pela burocratização da fala pública. Por outro lado, o enquadramento discursivo da narrativa privilegia a *personificação dos coletivos*, como advertira Bourdieu (1983). A narrativa se ancora no formato tradicional da imprensa formal, que reproduz falas sem promover escuta ativa ou espaço de argumentação pública ampliada. Assim, a denúncia aparece,

mas sem gerar um campo efetivo de deliberação. A notícia a seguir apresentada no jornal O Liberal no dia 19 de março de 2022.

Figura 5 – Notícia 4: “Com discurso de sustentabilidade, produção de dendê na Amazônia ataca quilombolas e indígenas” O Liberal, 19 mar. 2022.



Fonte: O LIBERAL. Com discurso de sustentabilidade, produção de dendê na Amazônia ataca quilombolas e indígenas. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/com-discurso-de-sustentabilidade-producao-de-dende-na-amazonia-ataca-quilombolas-e-indigenas-1.511828>. Acesso em: 20 ago. 2025.

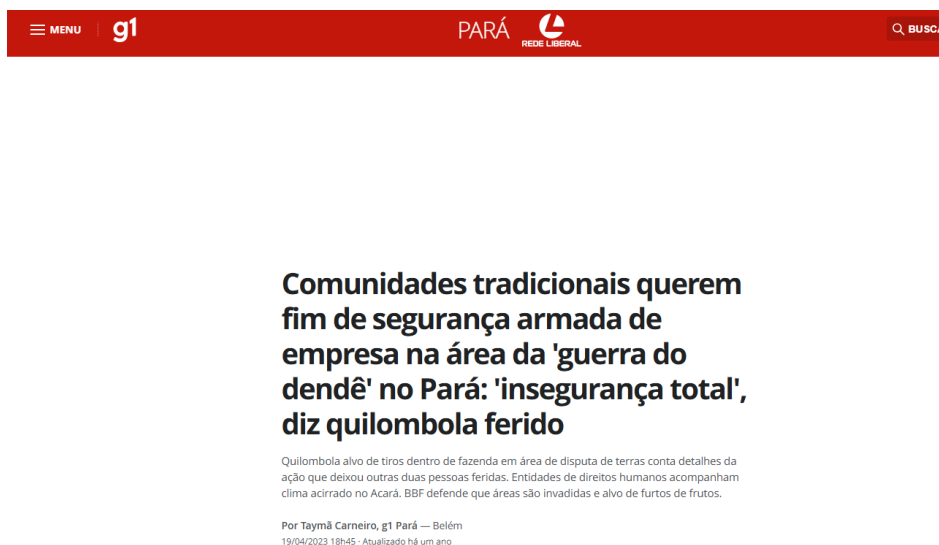
Nos sites das empresas, fala-se em respeito ao meio ambiente. Mas, na prática, a realidade é de danos à natureza e às pessoas.

Esse trecho traz uma importante ruptura com o discurso dominante, ao contrapor a imagem institucional empresarial com a experiência vivida pelas comunidades. Isso se aproxima do que Habermas (1988, 1996) denominaria uma crítica à distorção sistemática da linguagem, em que o discurso empresarial sobre sustentabilidade serve como fachada retórica. A matéria evidencia o que está oculto na arena pública e tensiona o discurso da responsabilidade social corporativa. Ao colocar em questão a veracidade dos relatos empresariais, o trecho amplia a esfera pública ao desvelar contradições. Na perspectiva da Teoria da Agenda, esse tipo de abordagem

contribui para descentralizar o foco do poder empresarial e reposicionar as comunidades como fontes legítimas de informação.

A notícia de número 5 do portal formal encontrado no portal do G1 é apresentada na figura a seguir.

Figura 6 – Notícia 5: “Comunidades tradicionais querem fim de segurança armada de empresa na área da ‘guerra do dendê’ no Pará: insegurança total, diz quilombola baleado”.G1, 19 abr. 2023.



Fonte: G1. Comunidades tradicionais querem fim de segurança armada de empresa na área da ‘guerra do dendê’ no Pará: insegurança total, diz quilombola baleado. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/04/19/comunidades-tradicionais-querem-fim-de-seguranca-armada-de-empresa-na-area-da-guerra-do-dende-no-para-inseguranca-total-diz-quilombola-baleado.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2025.

A sensação é de insegurança total, porque o Estado está lá, mas não a nosso favor”, diz um dos três quilombolas atingidos por tiros de seguranças armados da Brasil BioFuels (BBF) dentro da fazenda Vera Cruz.

Esse depoimento explicita a assimetria no uso da força e da proteção institucional, o que evidencia, segundo Habermas (1996), a quebra da esfera pública democrática – o Estado, que deveria mediar os conflitos de forma equânime, é percebido como alinhado aos interesses do capital privado. Já na lente da Teoria da Agenda (McCombs e Shaw, 1993), o destaque dado à

fala do quilombola é positivo, pois dá visibilidade à perspectiva das vítimas, embora o foco esteja no efeito da violência, não nas causas estruturais.

Depois que a gente resolveu retomar o nosso território, eles contrataram essa empresa de segurança. Aí quando a gente passa pela estrada, vão lá na delegacia e registram boletim dizendo que a gente está furtando dendê.

Esse relato escancara a criminalização da resistência, fenômeno descrito por Nahum e Santos (2014), em que as comunidades são vistas como obstáculos ao “progresso” e não como sujeitos legítimos de direitos. A empresa usa mecanismos formais do Estado (boletins de ocorrência, interditos proibitórios) para reconfigurar a territorialidade em favor do capital, como discutido por Bordalo et al. (2017) com o conceito de *hidroterritório de conflito*.

Eles vieram fortemente armados para cima da gente, enquanto a gente extraía dendê dentro da fazenda. A nossa arma é só os 'cacetetes'. [...] Eu sofri ali uma tentativa de homicídio.

A desproporcionalidade da resposta armada e o contexto da extração do fruto como forma de compensação por danos não reparados revelam uma narrativa de resistência e autonomia camponesa. Para Silva, Gomes e Macedo (2015), essa retomada dos territórios e dos recursos naturais é uma forma de enfrentamento à lógica de modernidade excludente promovida pela dendeicultura. A grande mídia, ao dar espaço a essa voz, quebra momentaneamente a hegemonia discursiva, mas não chega a estruturar uma crítica sistêmica.

A empresa tem obrigação de compensar pelos danos ambientais que causou, mas infelizmente nunca fez isso, por isso a gente resolveu, como forma de compensação, extrair o fruto do dendê e comercializar para investir nas comunidades.

Aqui, a narrativa da comunidade desloca o debate da ilegalidade para a justiça social e ambiental. Retomando Habermas (1988), há uma tentativa de argumentação racional, justificada pela ausência de reparações

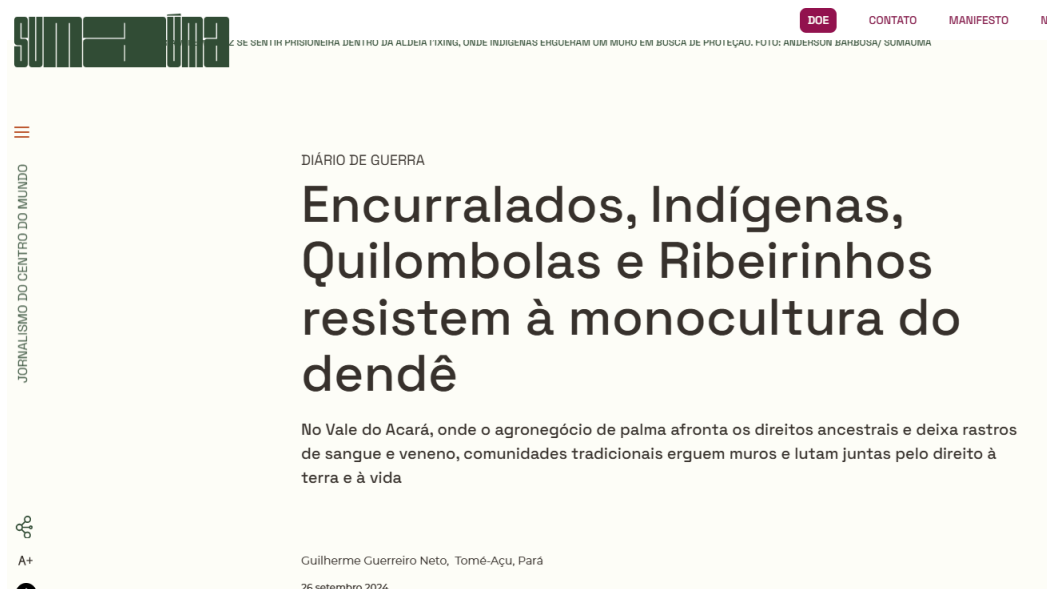
institucionais. A fala revela o que os autores da UEPA chamam de resistência camponesa territorializada, mostrando que os grupos não apenas sofrem, mas também agem politicamente diante do apagamento institucional.

Para a OAB, houve abuso de poder na ação. 'A OAB pede ao Estado que haja equidade [...] com indício claro do uso de aparato estatal contra essas comunidades tradicionais, que por outro lado, não são ouvidas.

Esse reconhecimento institucional do uso desigual da força corrobora a leitura habermasiana de que o sistema (Estado e mercado) está colonizando o espaço da vida comunitária e democrática. A crítica da OAB reforça a ausência de uma esfera pública comunicativa, onde os sujeitos possam deliberar com igualdade de condições. Um dos elementos centrais é o protagonismo das comunidades. Em vez de serem apresentadas como vítimas passivas ou objetos de intervenção estatal, as reportagens destacam

a capacidade política, cultural e estratégica dos povos tradicionais. Como exemplifica a figura 7 da *SUMAÚMA* ao relatar a luta do povo Tembê:

Figura 7 – Notícia 6 – Blog Sumaúma (26/09/2024).



Fonte: <https://sumauma.com/encurralados-indigenas-quilombolas-e-ribeirinhos-resistem-a-monocultura-do-dende/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

A gente já resistiu a muita coisa, como o fogo, o veneno, os tiros. E seguimos resistindo. A gente é como capoeira: se derruba, cresce de novo.

Essa metáfora da *capoeira* sintetiza o que Silva, Gomes e Macedo (2015) definem como resistência camponesa enraizada nos territórios, contraposta à noção imposta de modernização produtiva, assim como espelha as múltiplas insurgências protagonizadas por identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais (Almeida, 2008), que conjugam uma íntima relação entre a consciência de si e dos seus territórios. A mídia alternativa, ao destacar esse tipo de linguagem simbólica, se afasta do vocabulário

tecnocrático da mídia tradicional e reafirma o valor político da memória, da oralidade e da ancestralidade.

Além disso, a esfera pública habermasiana é ativada pela forma como essas matérias promovem a escuta ativa das lideranças, como no caso de Miriam Tembé:

O que existe aqui é uma guerra territorial e espiritual.
A empresa cercou as nossas casas e invadiu nossa
floresta. Não temos paz nem liberdade.

Essa fala articula dimensões espaciais e cosmológicas do conflito — algo frequentemente ignorado pela mídia tradicional. Habermas defende que o discurso racional deve considerar os argumentos e vivências dos atores envolvidos. Aqui, a racionalidade comunicativa se constrói a partir da denúncia da violência e da disputa simbólica por reconhecimento, território e futuro.

A agenda das Mídias alternativas também se distancia das prioridades da grande mídia. Em vez de priorizar a violência isolada, foca-se nas causas estruturais, como a criminalização de lideranças, o marco temporal e a

convivência estatal com empresas como a BBF: A figura 8 destaca a próxima notícia a ser analisada.

Figura 8 – Notícia 7: “Validação do marco temporal deve agravar ‘guerra do dendê’ no Pará” Brasil de Fato, 30 ago. 2023.



Fonte: BRASIL DE FATO. Validação do marco temporal deve agravar 'guerra do dendê' no Pará. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/30/validacao-do-marco-temporal-deve-agravar-guerra-do-dende-no-para/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

O governo não escuta a gente. Mas escuta a BBF. O Estado abandonou as comunidades e se aliou a quem destrói.

Essa denúncia reflete o conceito de hidroterritório de conflito, elaborado por Bordalo, Ferreira e Silva (2017), onde a disputa pela terra é inseparável da disputa pelo uso dos recursos naturais e pelo controle simbólico do território. A mídia alternativa rompe o silenciamento dessas disputas e desvela o uso seletivo da força institucional contra os povos da floresta.

Ao mesmo tempo, a Teoria da Agenda (McCombs e Shaw, 1993) é desafiada: enquanto os grandes veículos atuam como filtros que restringem a visibilidade e o enquadramento dos conflitos, os blogs e portais alternativos reconstróem a agenda pública a partir de outras referências. A visibilidade é

dada aos atos de resistência, à construção de alianças entre comunidades e à denúncia das estratégias empresariais de invisibilização e controle:

A notícia a seguir trata sobre a denúncia de prisão política de lideranças no Pará.

Figura 9 – Notícia 8: “Com inércia do governo, empresas do dendê avançam sobre terras públicas da Amazônia”



Fonte: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/6140-com-inercia-do-governo-empresas-do-dende-avancam-sobre-terras-publicas-da-amazonia>

Acesso em: 20 ago. 2025.

A sentença reconheceu a ‘falsidade e nulidade de todos os documentos’ fundiários das duas fazendas.”

A Agropalma se valeu de ‘fraudes concretizadas através de esquema de grilagem de terras.

O processo quilombola ficou parado por dois anos, até 2018. [...] Só no primeiro ano de tramitação, o

Iterpa deu andamento a 18 fases do processo da empresa.

Esses trechos revelam a assimetria de atuação estatal, mostrando que enquanto a regularização fundiária das empresas avança rapidamente, as demandas quilombolas enfrentam morosidade.

A matéria foi publicada pela CPT, veículo reconhecido por sua atuação junto a populações do campo e comunidades tradicionais. Trata-se de uma mídia alternativa com engajamento social explícito, que atua como contraponto à grande mídia e às narrativas empresariais hegemônicas.

O conflito é claramente jurídico e estrutural, com destaque para a grilagem institucionalizada e a atuação desigual do Estado. A CPT enquadra a situação como resultado direto da inércia estatal e da ação fraudulenta das empresas. Esse enquadramento rompe com a ideia de “conflito isolado” e apresenta o problema como parte de uma lógica sistemática de desposseção.

A matéria se fundamenta em documentos judiciais e na análise da própria CPT, que atua como sujeito coletivo engajado. Embora não traga falas diretas de quilombolas, amplifica a voz das comunidades ao denunciar o desequilíbrio processual entre empresas e povos tradicionais.

O tom é crítico e denunciativo, utilizando expressões como “fraudes”, “esquema de grilagem”, “inércia do governo” e “avanço sobre terras públicas”. O vocabulário técnico-jurídico é acessível e reforça a gravidade da desigualdade de tratamento entre os agentes.

A matéria dá protagonismo à injustiça estrutural e ao papel do Estado em manter privilégios fundiários. Ainda que os sujeitos quilombolas não estejam

diretamente citados, a denúncia está centrada na exclusão desses grupos dos processos decisórios e legais.

A reportagem atua como dispositivo de contra-esfera pública, no sentido de Habermas (1996). Ela promove a crítica racional, baseada em evidências, e busca engajar o leitor em uma deliberação ética sobre o uso do território e os direitos coletivos. Ao expor a disfunção sistêmica do Iterpa e a seletividade dos processos, a matéria amplia o espaço da crítica pública.

O foco é a estrutura fundiária desigual, os mecanismos de legitimação da grilagem e o descaso com os processos de titulação de comunidades tradicionais. O caso da Agropalma funciona como exemplo emblemático de um padrão mais amplo de apropriação territorial na Amazônia.

A mídia alternativa, nesse caso, cumpre um papel essencial de exposição dessas estruturas de poder, contribuindo para a ampliação do debate público e para o tensionamento do modelo de desenvolvimento que será apresentado ao mundo na COP-30. A Próxima notícia é escrita por Cristiane Prizibiszki, ((o))eco, A figura a seguir apresenta a página da notícia.

Figura 10 – Notícia 9 – (15/08/2023).



Fonte: ((O))ECO. Força Nacional é chamada para atuar em ‘guerra do dendê’ no Pará. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/forca-nacional-e-chamada-para-atuar-em-guerra-do-dende-no-para/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

O veículo é uma mídia ambiental alternativa e especializada, com perfil editorial voltado à conservação da natureza e denúncias de conflitos socioambientais. ((o))eco atua como instrumento de amplificação das vozes

silenciadas e se propõe a expor dinâmicas invisibilizadas pelos grandes veículos.

A matéria enquadra o conflito como territorial, ambiental, jurídico e de segurança pública. É destacada a escalada da violência nos territórios indígenas e quilombolas como consequência direta da instalação da BBF e da omissão estatal:

A insegurança na região teve início com a instalação e operação da empresa Biopalma, no ano de 2008, posteriormente sucedida pelo grupo BBF.

O uso da expressão “guerra do dendê” opera como metáfora potente que sintetiza um campo de disputa multifacetado: econômico, territorial, ecológico e simbólico.

São destacadas fontes institucionais críticas à atuação da empresa e do Estado, como o Ministério Público Federal (MPF) e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Embora não haja falas diretas de lideranças indígenas ou quilombolas, os relatos e denúncias são apresentados como legítimos e centrais para a compreensão do conflito:

A ABA apresentou denúncia [...] relatando a prática de ações de violação de direitos humanos contra famílias quilombolas do território do Alto Rio Acará.

Povos indígenas e quilombolas da região também apresentaram denúncia ao MPF [...] fazendas de dendezaais estão em sobreposição às Terras Indígenas Turé-Mariquita.

O tom da matéria é crítico, direto e informativo, com uso de expressões como “uso ostensivo de força”, “ameaças com armas de fogo”, “ilegalidades”, e “violação de direitos humanos”. A linguagem busca informar com base em

evidências jurídicas e institucionais, sem neutralidade artificial. O uso do termo “guerra” opera como marcador de urgência e gravidade.

Embora as falas das lideranças não estejam em primeira pessoa, os povos indígenas e quilombolas são o centro da narrativa. Os ataques contra lideranças — como Kauã, Felipe, Daiane e Eliane Tembê — são destacados nominalmente, o que reforça a humanização dos sujeitos e sua centralidade na luta:

No dia 4 de agosto, o indígena Kauã Tembê foi alvejado por tiro no momento em que ele e a comunidade estavam na ocupação da Aldeia Bananal.

Houve outro ataque contra a vida dos indígenas Felipe Tembê, Daiane Tembê e Eliane Tembê.

A matéria mobiliza argumentos racionais, técnicos e jurídicos, expondo as assimetrias do sistema. Ela cumpre a função de uma mídia deliberativa, dando espaço ao contraditório institucional (MPF, ABA, denúncias das comunidades) e contribuindo para uma esfera pública mais plural e informada, como preconizado por Habermas (1996).

O foco está nas violações de direitos territoriais e humanos, na omissão estatal e na escalada da violência associada ao avanço da dendeicultura. A chamada da Força Nacional é apresentada não como solução, mas como resposta emergencial a uma crise negligenciada:

A recomendação do MPF foi feita nesta terça-feira (15) [...] casos recentes de ataques contra indígenas e quilombolas foram intensificados.

Há também crítica à falta de estudos de impacto ambiental e de impacto aos povos indígenas exigidos pelo Estado:

A atuação da BBF é cercada por ‘ilegalidades’, como a não exigência, pelo Estado do Pará, de estudo de

impacto ambiental e de estudo de impacto aos indígenas.

A matéria desconstrói o discurso de sustentabilidade da BBF e do Estado, ao revelar que as operações da empresa ocorrem sem o devido licenciamento, em áreas sobrepostas a terras indígenas, e com violência armada recorrente. O texto desmonta a narrativa do agronegócio verde, alinhando-se à crítica feita por autores como Nahum e Santos (2014), que argumentam que a dendeicultura reconfigura territorialmente a Amazônia de forma excludente e insustentável.

A matéria do ((o))eco é exemplar na forma como articula dados, denúncias e instituições críticas para revelar a escalada dos conflitos e a falência da governança ambiental e fundiária no Pará. Ao denunciar o avanço desregulado da dendeicultura sobre territórios indígenas e quilombolas, o texto deslegitima o discurso de sustentabilidade da BBF e promove uma discussão pública necessária às vésperas da COP-30. Ela se alinha, portanto, à perspectiva de esfera pública crítica e inclusiva, proposta por

Habermas (1988, 1996), e confronta o silenciamento das agendas alternativas apontado por McCombs e Shaw (1972, 1993, 2023).

A última notícia do portal não tradicional é da agência Cenarium, a figura a seguir demonstra a notícia.

Figura 11 – Notícia 10 – (22/08/2024).



Fonte: AGÊNCIA CENARIUM. Indígenas Turiwara denunciam ataques armados por seguranças da empresa Agropalma no Pará. Disponível em: <https://agenciacenarium.com.br/indigenas-turiwara-denunciam-ataques-armados-por-seguranças-da-empresa-agropalma-no-para/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

A Agência Cenarium é uma mídia alternativa e regional, com foco na Amazônia. Sua linha editorial amplifica vozes locais e populares, o que a posiciona como parte da esfera pública não hegemônica. A reportagem tem caráter denunciativo e informativo, com forte ancoragem nos relatos da comunidade indígena Turiwara.

A matéria enquadra o conflito como violência territorial e étnica, causada pela atuação de seguranças armados privados contratados pela empresa Agropalma. Destaca-se a violação dos direitos humanos e a ausência do

Estado como mediador:

Indígenas da etnia Turiwara denunciaram que estão sendo alvo de ataques armados por seguranças da empresa Agropalma.

Precisamos que algum órgão federal venha conversar com a gente e afastar esses seguranças.

O uso do termo “guerra do dendê” reforça o enquadramento simbólico do conflito como sistêmico, estrutural e de longa duração.

A reportagem dá protagonismo às vozes indígenas, em especial a uma liderança anônima da etnia Turiwara, que relata o medo, os impactos sobre as crianças e a solicitação de ajuda estatal:

A maioria da nossa galera aqui não está com muita coragem, então algumas crianças que até atingiram já foram.”

“Agora chegou um carro com uma mochila cheia de pistolas, deixaram aqui e foram embora.

As falas são cruas, diretas e carregadas de temor — o que humaniza a experiência e rompe com estereótipos jornalísticos sobre os povos tradicionais.

O tom da notícia é urgente, dramático e humanizador. Utiliza vocabulário direto e imagens fortes, como: *“mochila cheia de pistolas”*; *“as crianças já atingidas”*; *“temor de tragédia”*; *“comunidade intimidada”*. O uso dessas expressões intensifica o efeito de denúncia e apelo por resposta institucional.

A comunidade Turiwara ocupa o centro da narrativa. O texto confere nome aos mortos (Agnaldo da Silva) e detalha os episódios de violência, colocando os indígenas como sujeitos políticos e afetivos:

Agnaldo da Silva, um indígena da etnia Turiwara, foi morto dentro da área que a Agropalma afirma ser sua.

A agência também inclui imagens e vídeos enviados pela própria comunidade, conferindo autenticidade e centralidade ao discurso indígena.

Habermas (1996) defende que a esfera pública deve permitir o debate racional, com inclusão e equidade entre as vozes. A matéria se aproxima dessa concepção ao: dar protagonismo à comunidade afetada; contrastar os discursos da empresa e das lideranças indígenas; apresentar o contexto de violência sistemática com base em dados e denúncias.

Trata-se de um espaço de contraesfera pública, onde se articula a denúncia e a crítica racional a uma lógica de desenvolvimento baseada na exclusão.

O foco está em: Violência privada contra povos indígenas; Ausência do Estado como garantidor de direitos; Histórico de conflitos e mortes (Agnaldo da Silva); Papel recorrente da Agropalma como agente de intimidação armada. A notícia não apenas informa, mas pede ação urgente, evidenciando um tom de denúncia e mobilização.

O discurso da empresa é apresentado — como resposta oficial — mas enquadrado com ceticismo. A Agropalma se defende afirmando que os “invasores” estavam armados e que não houve uso de balas de verdade, o que contrasta com os relatos e vídeos apresentados pela comunidade.

O intuito da companhia foi o de proteger mais de 700 funcionários [...]. Não houve uso de balas de festim, borracha ou de qualquer tipo de arma de fogo.

O relato da empresa aparece como tentativa de neutralização da narrativa indígena, o que reforça o papel da mídia informal como espaço de disputa simbólica da verdade.

Esta matéria da Agência Cenarium reforça o papel das mídias alternativas como espaços legítimos de denúncia e resistência, que desafiam a narrativa desenvolvimentista das grandes empresas e a omissão do Estado. Através do relato dos indígenas Turiwara, revela-se um padrão de atuação sistemática da Agropalma baseado na intimidação armada, exclusão territorial e ocultamento de responsabilidades institucionais.

A narrativa da “guerra do dendê” torna-se, aqui, mais do que uma metáfora: é a descrição literal de um conflito que mobiliza vidas, territórios, corpos e políticas em nome de um modelo de desenvolvimento que contradiz os princípios da justiça social e da sustentabilidade defendidos internacionalmente — especialmente diante do contexto da COP-30, onde tais contradições precisarão ser expostas.

A análise dos dados da mídia, especialmente dos trechos da mídia alternativa, confirma o que Da Silva (2020) denomina como a constituição de um necrosaber — um regime de verificação que naturaliza a morte, o apagamento e a desumanização de grupos sociais em nome da governamentalidade bioeconômica. A repetição de metáforas como “guerra do dendê” e os relatos de violência armada, grilagem institucionalizada, omissão do Estado e criminalização da resistência se alinham com a ideia de zonas de não-ser: espaços e corpos tratados como descartáveis frente à lógica produtivista.

Por exemplo, quando os indígenas Turiwara denunciam ataques armados da Agropalma, e quando quilombolas relatam que foram alvejados dentro de seus territórios, emerge o que Da Silva conceitua como manifestação empírica da necrose territorial: não apenas violência física, mas a corrosão da existência política, social e simbólica desses sujeitos.

Além disso, as tentativas da empresa de justificar suas ações com base em uma racionalidade técnico-administrativa (ex: proteção de funcionários, negação de uso de armas) compõem o que Da Silva chama de discurso de verificação da bioeconomia, uma tática discursiva que encobre práticas de exclusão sob o manto da legalidade e do “desenvolvimento verde”.

Os resultados também evidenciam que a disputa não é apenas pela terra presente, mas pela projeção de futuros possíveis — o que Aquino Junior (2019) identifica como embate entre a reprodução camponesa e os projetos desenvolvimentistas ligados à governança climática global e à economia

verde.

A análise dos discursos institucionais e da grande mídia mostra uma clara tentativa de associar a dendeicultura à bioeconomia moderna e sustentável, alinhando-se ao discurso que será reforçado na COP-30. Entretanto, as denúncias das comunidades — ignoradas ou secundarizadas nesses canais — revelam uma disputa ontológica: a quem pertence o direito de imaginar e decidir o futuro do território amazônico?

Aquino aponta que esse futuro é moldado a partir de um conceito de território funcional à lógica do mercado. As reportagens das mídias não tradicionais, por outro lado, denunciam os efeitos concretos dessa disputa: violência, criminalização, degradação ambiental e espiritual, mostrando que o “futuro verde” proposto não inclui os povos da floresta, mas se impõe sobre eles.

As comunidades não estão apenas sendo removidas fisicamente, mas também desenraizadas de suas memórias e formas de vida. A degradação dos igarapés e a destruição de referências territoriais são elementos centrais no processo de desestruturação dos modos de existência tradicionais, fundamentais para a reprodução cultural e ecológica dos grupos.

Diante da proximidade da COP-30, torna-se urgente denunciar essas contradições e repensar o modelo de desenvolvimento que o Brasil pretende apresentar ao mundo. A Amazônia não pode continuar sendo palco de experimentos bioeconômicos que perpetuam desigualdades coloniais sob o verniz da sustentabilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das narrativas construídas por diferentes mídias sobre os conflitos envolvendo a dendeicultura no nordeste paraense revela uma disputa

profunda por sentidos, visibilidade e legitimidade. A grande mídia, de maneira geral, tende a enquadrar os conflitos sob perspectivas jurídicas ou sensacionalistas, reforçando a ideia de crise e insegurança, mas pouco problematizando as causas estruturais ou as propostas das comunidades afetadas. Isso se aproxima da lógica de colonização do mundo da vida, conforme descrita por Habermas (1988, 1996), onde os valores comunitários são subsumidos por racionalidades sistêmicas.

Em contraposição, as mídias alternativas constroem uma contraesfera pública, dando protagonismo às vozes indígenas, quilombolas e ribeirinhas, enfatizando a resistência territorial e desafiando os discursos de sustentabilidade empresarial. Ao fazê-lo, operam não apenas como instrumentos de denúncia, mas como espaços de disputa epistêmica e política — como alertam Nahum e Santos (2013) e Pereira da Silva (2020).

Evidencia-se, ainda, que a disputa simbólica promovida pela mídia não se limita à narrativa do presente, mas projeta futuros antagônicos: de um lado, o desenvolvimento baseado na monocultura e no capital; de outro, a valorização dos saberes tradicionais, da justiça socioambiental e da autonomia territorial. Essa tensão se torna particularmente relevante no contexto da COP-30, onde o Brasil buscará projetar uma imagem de sustentabilidade, ao mesmo tempo em que oculta conflitos violentos em nome da bioeconomia.

Conclui-se, portanto, que o papel da mídia na Amazônia vai além da informação: trata-se de um ator político que estrutura agendas, seleciona vozes e contribui — ou não — para a construção de uma esfera pública mais inclusiva, deliberativa e justa. Fortalecer os espaços de escuta das comunidades tradicionais é condição indispensável para qualquer projeto de futuro verdadeiramente sustentável.

REFERÊNCIAS

AQUINO JUNIOR, Paulo Olívio Correa de. **Campesinato e agronegócio do dendê no Ramal do Cravo (Acará/PA): disputas em torno da terra e futuro**. Orientadora: Marcela Vecchione Gonçalves. 2019. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11235>.

BORDALO, Carlos Alexandre Leão; DO NASCIMENTO FERREIRA, Diego Luiz; DA SILVA, Flávia Adriane Oliveira. Conflitos socioambientais pelo uso da água em comunidades ribeirinhas no nordeste paraense: O caso das bacias hidrográficas dos Rios Murucupi e Dendê no Município de Barcarena-PA. **Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento**, v. 1, p. 323-334, 2017.

CRESWELL, John W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2007.

DA SILVA, Fabiana Carneiro; GOMES, Dérick Lima; MACEDO, Cátia Oliveira. Conflito socioambiental e resistência camponesa: expansão territorial do dendê no nordeste paraense. **Cadernos de Agroecologia [Volumes 1 (2006) a 12 (2017)]**, v. 10, n. 3, 2015.

DE LIMA CARVALHO, Josué; BRASILEIRO, Tânia Suely Azevedo. Transparency as a tool in building efficient public institutions: a bibliometric study. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, v. 9, n. 4, 2022.

DE SOUSA, Rafael Benevides; MACEDO, Cátia Oliveira. IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS ENTRE CAMPONESES E O AGRONEGÓCIO DO DENDÊ NO NORDESTE PARAENSE. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 17, n. 1, p. 256-278, 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la Acción Comunicativa**. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1988. v. I e II.

HABERMAS, Jürgen. **Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy**. Tradução de William Rehg. Cambridge, MA: The MIT Press, 1996.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176–187, 1972.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The evolution of agenda-setting research: Twenty-five years in the marketplace of ideas. **Journal of communication**, v. 43, n. 2, p. 58-67, 1993.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The agenda-setting function of mass media. In: **The Political Communication Reader**. Routledge, 2023. p. 170-175.

NAHUM, João Santos; DOS SANTOS, Cleison Bastos. IMPACTOS

SOCIOAMBIENTAIS DA DENDEICULTURA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE (Socio-environmental impacts of palm oil plantations on traditional communities in the paraense Amazon). **Acta Geográfica**, p. 63-80, 2013.

PEREIRA DA SILVA, Elielson. **Necrosaber e regimes de veridicção: governamentalidade bioeconômica da plantation do dendê no Brasil e na Colômbia**. 2020. 382 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2020.

WONNEBERGER, Anke. McCombs & Shaw (1972): Agenda Setting. In: **Schlüsselwerke für die Strategische Kommunikationsforschung**. Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden, 2024. p. 421-430.

SOBRE OS AUTORES:

Josué de Lima Carvalho

Universidade da Amazônia (Unama) e Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

Doutorando em Administração (PPAD/UNAMA), Professor assistente da UFRA – Campus Paragominas, bacharel em Ciências Contábeis. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Cartografia Social, Territorialidades e Emergência Climática (CNPq).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0946-9078>

E-mail: Josuecarvalho911@gmail.com

Elielson Pereira da Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

Doutor em Ciências e Desenvolvimento Socioambiental, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, com estágio pós-doutoral em Antropologia, no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, da Universidade Estadual do Maranhão. Possui mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, junto ao Núcleo de Meio Ambiente, da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA), e graduação em Administração pela Universidade da Amazônia (2011). Também é pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA. Atualmente realiza estágio pós-doutoral em Ciências e Desenvolvimento Socioambiental no NAEA-UFPA e é Professor Adjunto na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Campus Tomé-Açu.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3271-0336>

E-mail: elielson.silva@ufra.edu.br

Luciane Cristina Costa Soares

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRPA).

Professora efetiva da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, Pós Doutora em Agroecossistemas Tropicais pela Colegio de Postgraduados COLPOS Veracruz México (2020), Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidad Autónoma Metropolitana - Xochimilco (2015), Mestre em Desenvolvimento

Sustentável dos Trópicos Úmidos pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará NAEA/UFGA (2008), Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas FIPAM XX (2006) e Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Pará (2004). Desenvolve estudos e pesquisas nas áreas de sociologia e extensão rural, associativismo, cooperativismo e economia solidária, Custos na Agricultura Familiar e em Sistemas Agroflorestais, Estudos sobre Agroecologia, produção das Mulheres na Agricultura e Economia Solidária e Feminista.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4652-550X>

E-mail: luciane.soares@ufpa.edu.br

Diego Fonseca Mascarenhas

Universidade da Amazônia (Unama)

Doutor em Direito (UFGA, 2022). Mestre em Direito (UFGA, 2013). Especialista em Direito Civil (2015). Graduação em Direito (2010). Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade da Amazônia (PPAD/UNAMA) e da Faculdade Cosmopolita. Leciona: Introdução ao Estudo de Direito, Hermenêutica Jurídica, Sociologia Jurídica, Direito Constitucional, Processo Constitucional, Direito Internacional Público, Teoria Geral do Processo, Direito do Consumidor e Direito Civil: Parte Geral, Obrigações, Contratos, Reais, Famílias e Sucessões. Pesquisa os direitos das liberdades civis, como: liberdade de imprensa, fake news nas mídias sociais, discurso de ódio, tolerância religiosa, criminalização dos movimentos sociais e proteção do fluxo de informações na relação de consumo. Livro publicado: Liberdade de Expressão e Lei de Imprensa (Editora: Juruá). No que diz respeito às atividades de extensão, possui interesse em assessoria jurídica a grupos vulneráveis. Membro da Comissão de Relações Internacionais da OAB-PA. Possui experiência de 10 anos de docência. Advogado.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3667-7924>

E-mail: diegomask_85@hotmail.com

Mário Vasconcellos Sobrinho

Universidade da Amazônia (Unama) e Universidade Federal do Pará (UFGA).

PhD em Estudos do Desenvolvimento (2007) pelo Centre for Development Studies (CDS), University of Wales Swansea (Reino Unido). Pós-doutor em Gestão Pública e Governo (2015) pela EAESP da Fundação Getúlio Vargas (FGV). É economista da Universidade Federal do Pará, professor Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local do Núcleo de Meio Ambiente da UFGA (NUMA/UFGA). É pesquisador e professor titular da Universidade da Amazônia onde leciona no Programa de Pós-Graduação em Administração, linha de pesquisa Gestão Pública e do Desenvolvimento. É membro da Rede de Pesquisadores em Gestão Social. Atuou como líder de Tema 5 "Casos e Aplicações em Políticas Públicas" do EnANPAD - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração e do ENAPG - Encontro Nacional de Administração Pública e Governança (2013 - 2017). Consultor Ad Hoc da FAPESPA, CAPES, CNPq, FUNADESP e outras agências de fomento à Pesquisa. Membro do Conselho Consultivo da Sociedade Brasileira de Administração Pública (2020 - 2022). Líder do Grupo de Pesquisa GESDEL (Gestão Social e do Desenvolvimento Local). Vice-líder do Grupo de Pesquisa GESTAM (Gestão de

Territórios na Amazônia).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6489-219X>

E-mail: mario.vasconcellos@unama.br

Artigo recebido em: 26 maio 2025. | **Artigo aprovado em:** 30 jul. 2025.

ⁱ A expressão “Guerra do Dendê” foi inaugurada por Acevedo Marín e Backhouse (2014) e dá nome ao Boletim Informativo nº 9, do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), lançado em 2014, a partir de pesquisas etnográficas e mapeamentos sociais realizados em Bujaru, Concórdia do Pará, São Domingos do Capim e Moju. A expressão “guerra” também acompanha outras publicações do projeto, como “Guerra Ecológica dos Babaçuais (Almeida; Shiraishi Neto, 2007) e “Guerra do Carvão”, a o livro seminal “Carajás: a guerra dos mapas”, de autoria do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (1994). O uso do termo faz referência à noção de “guerra ecológica” proposta pelo geógrafo Yves Lacoste (2016), que significa o emprego de diferentes e concatenados meios para sufocar a existência física, social, territorial, econômica e cultural de um determinado povo, comunidade ou grupo. A “guerra do dendê”, portanto, espelha as práticas reiteradas de abusos e violações infligidas a grupos sociais cercados pela dendeicultura. Nos últimos anos, com a escalada dos conflitos territoriais e étnicos, a expressão “guerra” deixou de ser apenas uma alusão metafórica e passou a ser literal. A abertura de trincheiras, o uso de barricadas, os assassinatos físicos e reputacionais, a imposição de cercas, o emprego de dispositivos securitários sofisticados de controle e vigilância, a milicianização e a territorialização do crime organizado são expressões dessa literalidade da Guerra do Dendê.